

Mercosul, garante da paz



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da
Academia Brasileira de Letras

As raízes do Mercosul remontam ao meu primeiro encontro com Raúl Alfonsín, em Foz do Iguaçu, novembro de 1985, quando lhe propus que encerrássemos essas equivocadas divergências históricas que mantinham nossas relações cheias de atrito. Disse-lhe que ninguém podia modificar a geografia. Nossos territórios eram contínuos e fomos destinados a viver juntos. Alfonsín me respondeu que suas ideias eram as mesmas. Firmamos, então, o Documento de Iguaçu, documento fundacional, e abordamos o problema nuclear com que alguns setores militares estavam empenhados, desenvolvendo um artefato nuclear, bomba atômica, visando um status de potência militar.

Assim, o que veio a ser o Mercosul não era somente um desejo de construir um espaço econômico, mas o de construir uma unidade, a integração latino-americana, o que, no futuro, seria o Mercado Comum da América do Sul, com integração física, cultural, política e econômica. Minha ideia era a de repetir o que fora feito no começo do Mercado Comum Europeu, no acordo do aço entre a Alemanha e a França, para superar as divergências e rivalidades entre os dois países. Esse exemplo nos levou a buscar acabar com as divergências entre Brasil e Argentina.

Assim, cabe-me defender o Mercosul. Alfonsín, onde estiver, dar-me-á procuração para tomar a mesma atitude. Ao longo

desse tempo, 40 anos, tivemos muitos ataques. Todos eles, com o objetivo de separar Brasil-Argentina. Na hora em que um de nossos dois países abandoná-lo, o bloco estará destruído. Menem, presidente da Argentina, fez algumas investidas. Alfonsín e eu reagimos.

Agora, Milei, acredito que ainda animado pelas festas da posse de Trump, levantou a hipótese de fazer um acordo bilateral com os Estados Unidos e, no caso de o Mercosul não concordar, ele sairia com a Argentina do grupo. Ora, ele sabe que seu país assumiu compromissos de unidade, e a força do Mercosul é esta: Brasil e Argentina foram o começo. A saída da Argentina será o fim. Essa tragédia não pode acontecer. O presidente Milei não desejará, sem dúvida, ser o covetor desse sonho gigantesco da integração e unidade do continente, naquilo que mereceu a frase do grande estadista e intelectual Julio San guinetti, presidente da República do Uruguai, de 1995 a 2000, e hoje sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras: "Foi a coisa mais importante depois de nossas independências".

O presidente Milei não pode enveredar por esse caminho. Isso não se esgotará na simples saída da Argentina. Mas na sedução de mais países a fazerem o mesmo, até o Brasil com China, Alemanha, França ou outros — o que acredito que o presidente Lula jamais faria.

Mas o ponto principal dos êxitos do bloco, do fim de nossas divergências com a Argentina, foi acabar com a corrida nuclear, que

contou com dois fatos fundamentais: minha visita às instalações da ultrasecreta usina nuclear argentina de Pilcaniyeu, e a de Alfonsín na inauguração da usina nuclear brasileira de Aramar, até então secreta, de enriquecimento de urânio — projeto extraordinário conduzido por nossa Marinha, com seus membros cientistas competentes e pioneiros.

Disso, resultou o fato de sermos o único continente do mundo livre de armas nucleares, o que foi reforçado pela aprovação na ONU do Atlântico Sul como Zona de Paz, proposto pelo Brasil quando eu era presidente da República, que proibia que, por aqui, em nossas águas, transitasse qualquer artefato nuclear. Assim, creio que prestamos um grande serviço à humanidade.

Só esse fato leva o Mercosul à posição de órgão intocável, e essas suas conquistas, também. Outros sucessos do bloco foram: o comércio no bloco aumentou para muitos bilhões de dólares, nossos povos hoje têm estreito relacionamento, e todas as relações com nossos vizinhos são de amizade e paz.

Há ainda mais uma conquista, lembrando Alfonsín, grande estadista que comigo sonhou o sonho da união e formação do nosso mercado comum: a criação de nossa moeda, o "gaúcho".

Acredito que nossa unidade é uma ideia tão forte que não morrerá jamais. Ela continuará a se realizar, como está se realizando, e o presidente Milei deve juntar-se a nós, e não se deixar seduzir por aqueles que querem nossa desagregação.

Tenho muito orgulho de ter participado, como protagonista, da elaboração do acordo que garantiu ao Brasil, à Argentina e a toda a América do Sul estarem livres de confrontos e disputas nucleares. O Mercosul é o garante de nossa integração.



G O M E Z

Viva Chacrinha!



» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

"Quem não se comunica se trumbica". Essa frase famosa é de autoria de um dos maiores comunicadores populares do Brasil, José Abelardo Barbosa de Meideiros — Chacrinha. Referência para publicitários e comunicadores em geral, o apresentador, falecido em 1988, revolucionou a linguagem radiofônica e televisiva em seus mais de 50 anos de carreira.

Quem, atualmente, tem menos de 37 anos de idade não pode conviver com ele, mas pode conhecer um pouco desse verdadeiro gênio vendo vídeos disponíveis na internet. Também vale muito a pena assistir ao belo filme de 2018 intitulado "Chacrinha: O Velho Guerreiro", estrelado por Eduardo Sterblitch, que interpreta o personagem na juventude, e pelo grande Stepan Nercessian.

Desde meados de dezembro, o tema comunicação foi um dos mais presentes na mídia e nas redes sociais. Tudo porque o presidente Lula, diante das dificuldades apontadas pelas pesquisas, resolveu colocar a responsabilidade na forma, segundo ele, pouco eficaz como o governo se comunicava com a sociedade. E, após quase um mês de especulações, em 14 de janeiro, Sidônio Palmeira tomou posse como Ministro da Secretaria de Comunicação (Secom).

Sua chegada ao governo foi cercada das melhores expectativas. Afinal, é um profissional de reconhecida competência no mundo da publicidade e com longa

trajetória de sucesso em trabalhos de assessoria em campanhas eleitorais. Diga-se de passagem, ele compartilhava do mesmo diagnóstico.

Só que o "buraco é mais embaixo". O maior problema enfrentado pelo governo reside na dificuldade do presidente em compreender a necessidade de se fazer um ajuste fiscal que permita colocar as contas públicas em reta de sustentabilidade, premissa para poder reverter a curva de crescimento inflacionário, o imposto mais danoso para a população de baixa renda.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou a 4,83% no acumulado dos 12 meses de 2024. O percentual está acima do teto do limite da meta de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o ano, que era de 4,5%. Isso, por si só, já é um problema.

Porém, não existe nada tão ruim que não possa piorar. Quando se considera só a inflação de alimentação em casa, a taxa brasileira no ano passado foi de 8,23%. E em sete capitais — Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Goiânia, Rio Branco, Rio de Janeiro, São Luiz e São Paulo — o percentual foi ainda superior.

Como o governo avalia que o problema central está na comunicação, o presidente Lula recentemente gravou um vídeo visitando a horta da granja do Torto, onde procurou explicar as razões do aumento dos preços dos alimentos e, diferente de sua habitual e competente forma de se comunicar, fez uso de um tom quase professoral. Ora, em política, toda vez que se precisa explicar muito alguma decisão ou posicionamento trata-se de um mau começo. O que a população, particularmente a parcela mais pobre, espera do

poder público são medidas que gerem os resultados desejados. No caso em tela, a reversão da alta inflacionária. Qualquer atitude diferente disso é um tiro n'água.

E aí, mais uma vez, o governo prefere fugir de sua responsabilidade com o equilíbrio das contas públicas para buscar soluções tão mirabolantes quanto ineficazes. O ministro da Casa Civil chegou a sugerir que as pessoas substituíssem a laranja por outra fruta! Nesta semana, um dos vice-líderes do governo no Congresso propôs que seja criada uma espécie de farmácia popular de comida.

Por mais que os indicadores macroeconômicos, como o crescimento do PIB e redução do desemprego, estejam sendo positivos, o aumento da inflação com impacto direto nos preços das mercadorias e no poder de compra da população faz com que uma parcela significativa das pessoas venha apresentando seu descontentamento, como apontam diversas pesquisas recentes. Na verdade, percebe-se um sentimento de impaciência crescente provocada pela frustração depois dos dois primeiros anos de um governo eleito prometendo que as pessoas voltariam a ter comida farta no prato.

Não bastassem essas dificuldades, o presidente, na primeira reunião ministerial do ano, resolveu antecipar o calendário eleitoral, afirmando que "o que eu quero dizer para vocês é que 2026 já começou". Considerando que ele sempre se notabilizou por um instinto político poderoso, tal declaração feita por quem está no meio do mandato causou estranheza. Alguns analistas interpretaram como um sinal de insegurança ou fraqueza. Outros preferiram creditar à conhecida esperteza. Só não se pode esquecer o ditado "esperteza, quando é muita, come o dono".

O planeta em alerta: a luta contra o colapso climático



» JULIANO BUENO DE ARAÚJO
Doutor em urgências e
emergências ambientais e diretor
técnico do Instituto Internacional
Arayara

À medida que as evidências científicas sobre a gravidade das mudanças climáticas se acumulam, vemos que as decisões políticas e econômicas ainda seguem na direção oposta ao que é necessário para evitar um colapso ambiental. Um exemplo emblemático desse retrocesso foi a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris durante a posse do presidente Donald Trump, além da revogação de políticas que protegiam ecossistemas sensíveis, como o Ártico, da exploração de petróleo.

Para Suely Araújo, coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima, a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris já era esperada antes da eleição de Trump. Ela pontuou que, com um presidente que nega não apenas as mudanças climáticas, mas também qualquer preocupação com os interesses coletivos e planetários, a permanência dos EUA poderia até prejudicar as negociações globais. No entanto, também ressaltou que há uma necessidade urgente de novas lideranças para impulsionar os esforços globais contra a crise climática. Em sua análise, o Brasil pode, e deve, desempenhar um papel crucial nesse cenário caso opte por adotar um caminho claro de descarbonização.

Os números sobre as mudanças climáticas falam por si. Em 2023, as concentrações de gases de efeito estufa atingiram níveis recordes, e os oceanos registraram temperaturas acima da média por 13 meses consecutivos. Segundo a Organização Meteorológica Mundial, se as políticas atuais forem mantidas, estamos caminhando para um aumento de 3,1°C na temperatura global até o final do século, muito acima do limite de 1,5°C estipulado pelo Acordo de Paris. Esse aumento de temperatura pode ser devastador: em um cenário de 3°C, perderíamos entre 70% e 90% dos corais globalmente, e eventos climáticos extremos, como secas severas e enchentes, se intensificariam ainda mais.

No Brasil, os desastres climáticos já são uma realidade palpável. Dados da Associação de Pesquisa Iyaleta apontam que a seca e as chuvas intensas lideram os decretos de emergência no país, representando, respectivamente, 40,6% e 27,6% dos eventos. O sul do Brasil, por exemplo, sofreu com chuvas extremas em 2024, resultando em perdas humanas e materiais significativas. Esses desastres, exacerbados pela exploração de carvão mineral e pela falta de governança climática integrada, mostram que os desafios climáticos não estão mais no futuro: eles são, já, o nosso presente. Nesse contexto desafiador, a atuação de organizações, como o Instituto Internacional Arayara, torna-se ainda mais crucial para enfrentarmos a crise climática global com urgência e responsabilidade.

As projeções indicam que as emissões globais de combustíveis fósseis alcançarão 51,5 gigatoneladas de CO2 equivalente até 2030, sem contar as emissões do desmatamento e das atividades agropecuárias. Embora haja atualizações nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) de países como o Brasil durante a COP 29, no Azerbaijão, os avanços ainda são insuficientes. Sem ações mais ambiciosas, acompanhadas pela abertura de novas fronteiras para o petróleo e gás em áreas sensíveis, enfrentaremos impactos climáticos crescentes, ameaçando vidas, ecossistemas e, especialmente, as populações do Sul Global.

É fundamental que a adaptação e a justiça climática se tornem prioridades globais e locais. O Brasil, ao sediar a COP 30, tem uma oportunidade única de impulsionar a transformação em direção a uma transição energética justa e a um futuro sustentável para todos. Embora a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris tenha sido um golpe, é crucial que este ano se torne um marco para o avanço real em nossas políticas climáticas. A luta contra o colapso climático é urgente e exige ação imediata.

O Instituto Internacional Arayara tem se destacado no protagonismo da litigância climática. Em julho deste ano, movemos uma ação civil pública inédita no Brasil contra o Governo do Rio Grande do Sul, exigindo uma transição energética justa. Além disso, desenvolvemos estudos críticos para o 4º Ciclo de Oferta Permanente, que resultaram na suspensão da assinatura de blocos de exploração de petróleo na Amazônia em 2023. Outras iniciativas, como as campanhas No Fracking Brasil, Observatório do Petróleo e Gás, Amazônia Livre de Petróleo e Monitor Oceano, fazem parte dos nossos esforços para combater os danos irreversíveis que a exploração de combustíveis fósseis pode causar ao nosso planeta.

O futuro do planeta depende das escolhas que fazemos hoje.